



Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Saúde/SESAU.

1.2 Requisitante: Hospital Estadual Pronto Socorro João Paulo II – HEPSJP/II e Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro – HBAP.

2. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Básico Tipo “B” e de Suporte Avançado Tipo “D” (UTI Móvel) e Mão-de-obra especializada (Motorista/Socorrista e Técnico de Enfermagem), **em caráter emergencial**, para atender as necessidades do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II – HEPSJP/II e Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP, de forma contínua e complementar, por um período de 180 (cento e oitenta) dias.

2.1 Detalhamento e Quantitativo do Serviço

2.1.1 O objeto da pretensa contratação deverá estar em total conformidade com as definições e quantidades constantes no quadro abaixo:

PORTO VELHO/RO			
Definição/Classificação dos Veículo/Ambulância	Carga Horária	Unidade a ser atendida pelo Serviço	Quant.
Ambulância de Suporte Básico TIPO “B” - Veículo destinado ao transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de morte conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de morte desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino. Com profissionais: Motorista/Socorrista e Técnico de Enfermagem.	12 horas/dia Das 07h00min às 19h00min (7 dias por semana)	Transporte inter-hospitalar de pacientes: <ul style="list-style-type: none">Internados no Hospital Estadual Pronto Socorro João Paulo II - HEPSJP-II;Internados no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP e os Removidos para Central de Diálise - CD do HBAP vindos de Unidades Hospitalares do Estado de Rondônia, Unidades Filantrópicas e Unidades de Saúde Conveniadas sediadas em Porto Velho, que realizam tratamento na Central de Diálise - CD do HBAP.	04
Ambulância de Suporte Avançado TIPO “D” - Veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Deve contar com os equipamentos	24 horas/dia (7 dias por semana)	Transporte inter-hospitalar de pacientes: <ul style="list-style-type: none">Internados no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP e os Removidos para Central de Diálise - CD do HBAP vindos de Unidades Hospitalares do	01

médicos necessários para esta função. Com profissionais: Motorista/Socorrista e Técnico de Enfermagem.		Estado de Rondônia, Unidades Filantrópicas e Unidades de Saúde Conveniadas sediadas em Porto Velho, que realizam tratamento na Central de Diálise - CD do HBAP.	
TOTAL			05

2.1.2 A empresa vencedora da licitação deverá prestar os serviços nas unidades hospitalares situadas nos Municípios de Porto Velho, conforme **item 4.1.** deste Termo de Referência.

2.1.3 A(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) fornecer veículos com até 03 (três) anos da data de fabricação. Após este prazo o veículo deverá, obrigatoriamente, ser substituído.

2.1.4 As ambulâncias disponibilizadas deverão ser de cor branca e possuir identificação com símbolo próprio indicativo dos serviços de resgate e emergências, padronizada conforme legislação vigente.

2.1.5 Os veículos deverão atender todas as normas da Vigilância Sanitária em vigor e suas atualizações.

2.1.6 As ambulâncias devem estar com toda documentação em ordem, devidamente licenciadas no Estado de Rondônia, de acordo com a Lei Estadual nº 1.392 de 15 de novembro de 2004 e em perfeitas condições de funcionamento.

2.1.7 Os veículos (ambulâncias) deverão possuir as dimensões e outras especificações, de acordo com as normas da ABNT - NBR 14.561 de julho de 2000.

2.1.8 A disponibilização dos veículos (ambulâncias) será com quilometragem livre.

2.1.9 De acordo com a legislação em vigor, os veículos a serem utilizados deverão:

a) Possuir Seguro (**carro e equipamentos UTI**) contra danos à terceiros e passageiros, sendo inteiramente responsabilizada, por quaisquer outros valores e franquias que por ventura venham a ocorrer no período de vigência do Contrato, sem qualquer ônus ou responsabilidade a CONTRATANTE, seja a que tempo for. O Seguro deverá ser válido durante todo o período de vigência do Contrato e em todo território nacional.

b) Possuir Segurança: cada veículo deverá ser mantido em bom estado de conservação e condições de operação/uso, garantindo a devida segurança ao paciente, acompanhante e à tripulação.

c) Trafegarem com a vistoria do DETRAN compatível com o tipo de veículo, cujo certificado deverá estar afixado na ambulância em local visível.

d) Ser de propriedade da Pessoa Jurídica Contratada.

e) Ser regularmente submetidos a manutenções preventivas e corretivas, no mínimo 01 (uma) vez por mês.

f) Possuir ar condicionado.

g) Possuir direção hidráulica.

h) Possuir Sinalizador luminoso e sonoro, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.671/2003 de 9 de julho de 2003.

i) Ter acessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontas, extintor estepe, chave de roda, macaco, triângulo e estepe.

j) Possuir Sistema seguro de fixação de maca no assoalho e cintos de segurança para o paciente em condições de uso, bem como para o motorista e demais passageiros, conforme a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.671/2003 de 9 de julho de 2003.

k) Ter as superfícies internas forradas de material que permita e resista aos métodos de desinfecção normalmente utilizados, permitindo a execução destes procedimentos.

l) Contar com estepe devidamente instalado em local que não interfira na movimentação/acomodação do paciente.

- m) Possuir as superfícies internas, no compartimento destinado ao paciente, sem quinas e portas potencialmente causadoras de ferimentos e acidentes.
- n) Possuir as janelas do compartimento do paciente deverão ser de vidro, podendo ter linhas jateadas.
- o) Ter iluminação interna adequada para a realização de procedimentos.

2.1.10 No ato da apresentação dos veículos para início do serviço, estes deverão conter todos os equipamentos, aparelhos e acessórios mencionados acima deverão ser novos e estar em perfeitas condições de uso, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a manutenção preventiva, corretiva e calibração dos mesmos, bem como os danos ao CONTRATANTE ou a TERCEIROS decorrentes de suas falhas, desde que esses equipamentos sejam utilizados com o devido zelo e respeitando as normas de utilização dos mesmos.

2.1.11 Todos os equipamentos devem possuir termos de aferição específicos.

2.1.12 Quando da formalização da contratação, a CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder à vistoria dos veículos disponibilizados para a prestação dos serviços, por técnicos indicados pela mesma.

2.1.13 Diariamente uma equipe da Unidade de Saúde Hospitalar fará o *check list* no veículo para verificação do estado e condições de funcionamento dos equipamentos e se devem ser repostos ou levados à manutenção. Os demais itens descartáveis, medicamentos, oxigênio, ar comprimido e demais insumos hospitalares serão repostos e disponibilizados pelo CONTRATANTE, que será retirado da ambulância quando da devolução ao contratado.

2.1.14 É obrigatória a desinfecção do veículo após o transporte de pacientes portadores de moléstia infectocontagiosa, antes de sua próxima utilização, de acordo com a Portaria MS nº 930/92.

2.2 Especificações Técnicas das Ambulâncias de acordo com a *Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002*

2.2.1 Observando os documentos das unidades - Memorando n. 96/2018/HB-GAD(2545940), Memorando nº 1/2018/HB-NUHALISE, Ofício n. 904/2018/JPII-GAD(2856056), os quais estão em conformidade com a Portaria supracitada, as ambulâncias deverão dispor, **no mínimo**, dos seguintes materiais e equipamentos **ou similares com eficácia equivalente**, conforme a classificação/tipo de ambulância:

► **Ambulância de Suporte Básico Tipo B** – Veículo destinado ao transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de morte conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de morte desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino.

Definição dos Materiais e Equipamentos das Ambulâncias: Deverão conter necessariamente: Sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel; maca articulada e com rodas; suporte para soro; instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída; oxigênio com régua tripla (**a** - alimentação do respirador; **b** - fluxômetro e umidificador de oxigênio e **c** - aspirador tipo Venturi); manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação; cilindro de oxigênio portátil com válvula; maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil, cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze estéril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos; maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gases estéreis, braceletes de identificação; suporte para soro; prancha curta e longa para imobilização de coluna; talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais; colete imobilizador dorsal; frascos de soro fisiológico e ringer lactato; bandagens triangulares; cobertores; coletes refletivos para a tripulação; lanterna de mão; óculos, máscaras e aventais de proteção e maletas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços. **Todos os equipamentos devem possuir termos de aferição específicos.**

► **Ambulância de Suporte Avançado Tipo D (UTI Móvel)** – Veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Devendo contar com os equipamentos médicos necessários e profissionais habilitados para esta função.

Definição dos Materiais e Equipamentos das Ambulâncias: Deverão conter necessariamente: Sinalizado óptico e acústico; equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel; maca com rodas e articulada; 02 (dois) suportes de soro; cadeira de rodas dobrável; instalação de rede portátil de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída (é obrigatório que a quantidade de oxigênio permita a ventilação mecânica por no mínimo 02 (duas) horas); respirador mecânico de transporte; oxímetro não-invasivo portátil; monitor cardioversor com bateria e instalação elétrica disponível (em caso de frota deverá haver disponibilidade de um monitor cardioversor com marca-passo externo não-invasivo); bombas de infusão com bateria e equipo; maleta de vias aéreas, contendo: mascaras laríngeas e cânulas endotraqueais de vários tamanhos; cateteres de aspiração; adaptadores para cânulas; cateteres nasais; seringa de 20 ml; ressuscitador manual adulto/infantil com reservatório; sonda para aspiração traqueal de vários tamanhos; luvas de procedimentos; máscara para ressuscitador adulto/infantil; lidocaína geléia e "spray"; cadarços para fixação de cânula; laringoscópio adulto/infantil com conjunto de lâminas; estetoscópio; esfigmomanômetro adulto/infantil; cânulas orofaríngeas adulto/infantil; fios-guia para intubação; pinça de Magyll; bisturi descartável; cânulas para traqueostomia; material para cricotiroidostomia; conjunto de drenagem torácica; maleta de acesso venoso contendo: tala para fixação de braço; luvas estéreis; recipiente de algodão com anti-séptico; pacotes de gaze estéril; esparadrapo; material para punção de vários tamanhos incluindo agulhas metálicas, plásticas e agulhas especiais para punção óssea; garrote; equipos de macro e microgotas; cateteres específicos para dissecação de veias tamanho adulto/infantil; tesoura, pinça de Kocher; cortadores de soro; lâminas de bisturi; seringas de vários tamanhos; torneiras de 03 (três) vias; equipo de infusão com 03 (três) vias; frascos de soro fisiológico, ringer lactato e soro glicosado; caixa completa de pequena cirurgia; maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gazes estéreis, braceletes de identificação; sondas vesicais; coletores de urina; protetores para eviscerados ou queimados; espátulas de madeira; sondas nasogástricas; eletrodos descartáveis; equipos para drogas fotossensíveis; equipo para bombas de infusão; circuito de respirador estéril de reserva; equipamentos de proteção à equipe de atendimento: óculos, máscaras e aventais; cobertor ou filme metálico para conservação do calor do corpo; campo cirúrgico fenestrado; almotolias com anti-séptico; conjunto de colares cervicais; prancha longa para imobilização da coluna. Para atendimento a neonatos deverá haver pelo menos uma incubadora de transporte de recém-nascido com bateria de ligação à tomada de veículo (12 volts). A incubadora deve estar apoiada sobre carros com rodas devidamente fixadas quando dentro da ambulância, conter respirador e equipamentos adequados para recém-natos. **Todos os equipamentos devem possuir termos de aferição específicos.**

2.3 Equipe de Transporte (Motorista/Socorrista e Técnico de Enfermagem):

2.3.1 Fazem parte do objeto deste termo de referência, sendo esses de responsabilidade da CONTRATADA e por ela disponibilizados, incluindo todas as despesas diretas e indiretas da contratação destes profissionais, ficando a CONTRATANTE isenta de tais responsabilidades.

2.3.2 A ambulância disponibilizada para a execução dos serviços deverá ter equipe composta de um motorista e um técnico de enfermagem devidamente habilitados, conforme estabelecido na Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002 e Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.671/2003 de 9 de julho de 2003, qual seja:

a) Motorista com treinamento em atendimento pré-hospitalar e possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH, com categoria mínima exigida para condução de ambulância profissional.

b) Técnico de Enfermagem inscrito no Conselho Regional de Enfermagem e habilitado em atendimento pré-hospitalar.

2.3.3 Os profissionais designados para a prestação dos serviços deverão estar fardados e com crachás, sendo esses itens custeados pela CONTRATADA.

2.3.4 Ficam os funcionários da CONTRATADA e da administração pública, que diretamente possam vir a estar ligados à execução do serviço de transporte de pacientes, assim como na utilização dos equipamentos e materiais médicos para tal execução, responsáveis por usar corretamente, zelar, limpar e realizar a assepsia dos materiais de uso exclusivo da equipe de saúde.

2.4 Definição dos Métodos de Estratégia de Suprimento:

A definição dos métodos e estratégias de suprimentos tomou-se por base as informações fornecidas pelas unidades hospitalares: Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP e Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II - HEPSJP-II. Considerando a necessidade destas unidades hospitalares de terem a capacidade de atendimento melhorada e ampliada, para atender a demanda existente de forma segura e eficiente, estas precisam aprimorar a qualidade e eficácia do transporte inter-hospitalar de ambulância.

2.4.1 A metodologia de cálculo baseou-se:

- No **Relatório de percursos** inter-hospitalar de pacientes com ou sem retorno, realizados pela terceirizada, o qual foi apresentado pelo **Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II**, anexo ao documento (2857402), cujo quantitativo demonstra uma grande demanda a ser atendida de forma complementar, considerando as ambulâncias do acervo da unidade. Além da demanda do **Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro**, que contempla pacientes vindos de **Unidades Hospitalares** do Estado de Rondônia, **Unidades Filantrópicas** e **Unidades de Saúde Conveniadas** (sediadas em Porto Velho), que necessitam de atendimento na especialidade de **Nefrologia** realizada pela **Central de Diálise - CD/HBAP**.
- No **Relatório de atendimento do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II**, anexo ao documento (2856907), que corrobora a quantidade de atendimento de pacientes usuários do SUS, que deram entrada unidade no período de Abril à Junho de 2017, o qual foi usado como parâmetro para estimar a demanda atual da unidade, considerando ser a porta de entrada para o **Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro**.
- O transporte inter-hospitalar de pacientes no âmbito do HBAP acontece em função da necessidade de transferências, exames de auxílio diagnóstico que a unidade não dispõe, consultas para resposta de parecer de pacientes internados com especialistas, como por exemplo, oftalmologia, dentre outras demandas de atividades inter hospitalares apresentadas pela unidade, como altas hospitalares e etc. Os pacientes transportados no âmbito dessa unidade tratam-se de pacientes **internados** em um dos 600 leitos aproximadamente do HBAP e ainda os pacientes doentes renais agudos ou crônicos agudizados do Hospital de doenças tropicais de Rondônia - CEMETRON e Hospital Estadual e Pronto socorro João Paulo II à referida central de diálise para pacientes agudos do estado de Rondônia, localizada nas instalações do HBAP.

Necessidade de Veículos (AMBULÂNCIAS) do Tipo B e D			
Unidade Requisitante	Documento Solicitante/Pedido	Tipo	Quantidade
Hospital Estadual Pronto Socorro João Paulo II – HEPSJP-II	Ofício nº 904/2018/JPII-GAD	Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	02
Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro – HBAP	Memorando nº 96/2018/HB-GAD) e Memorando nº 1/2018/HB-NUHALISE	Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	02
		Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	1

3. DA JUSTIFICATIVA

O direito à saúde é um direito fundamental e assegurado a todos, decorrente da máxima previsão constitucional.

“Art. 196 da CF - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Veja que a Constituição estabelece no artigo 196 que a saúde é dever do Estado. Uma vez que o Estado foi constituído sobre a forma federativa (art. 60, §4º, I, da CR/88), todos os entes – União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios – receberam a obrigação de promover a saúde da população de forma solidária. Esse é inclusive o exposto no artigo 23, II, do Estatuto Maior.

Conforme o art. 30, inciso VII da Constituição Federal de 1988, cabe ao município: "prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;"

Como os recursos do Estado são finitos e os pleitos infinitos, há a necessidade da concretização do direito à saúde ocorrer por meio de Políticas Públicas. Assim, o Estado tem o dever de prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Compete ao poder público a obrigação de prestar assistência à saúde, cabendo à União prover o tratamento e, aos entes federados, estados e municípios, arcar com as despesas de tratamento de alto custo, inclusive às relativas à estada, transporte e alimentação, tanto ao paciente quanto à de seu acompanhante, em decorrência de tratamento fora do domicílio.

► Da necessidade do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II:

Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II, tem como objetivo principal prestar serviço de atendimento de **URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**, dentro dos padrões normatizados e regulamentados pelo ministério da saúde. Para tal disponibiliza leitos por especialidades, ou seja, **32** (trinta e dois) leitos de cirurgia geral; **10** (dez) leitos para ortopedia/traumatologia; **100** (cem) leitos de clínica geral e **10** (dez) leitos de UTI adulto. Ressalte-se, que a Assistência Médica Intensiva disponibiliza mais **35** (trinta e cinco) leitos de UTI adultos, perfazendo, **45** (quarenta e cinco) leitos. Ao final, são disponibilizados **187** (cento e oitenta e sete) leitos nesta Unidade Hospitalar, oferecidos à população do Estado de Rondônia.

De acordo com o Relatório de Urgência/Emergência¹ em anexo, no período de 1º/04/2017 a 30/06/2017, entraram nesta Unidade Hospitalar **12.188** usuários de saúde pública dos quais **12.154** foram triados e os atendimentos classificados da seguinte maneira: atendimento clínico, **1.809**; ortopédico, **1.171**; cirurgias, **767**. Ressalte-se que desse quantitativo **310** pacientes foram vítimas de acidentes de trânsito envolvendo motocicleta, bicicleta, automóvel e pedestres; **45** sofreram violências física, arma branca e arma de fogo e **3.747** atendimentos de diversas modalidades: quedas, dores abdominais, problemas nos olhos, cefaleia, problemas urinários e etc.

O relatório citado demonstra uma quantidade expressiva de usuário de saúde pública que procura atendimento médico-hospitalar neste hospital e em alguns muitos são internados no Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo – II. Entretanto, a depender do quadro clínico do paciente, ele necessita realizar exame ou procedimento no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, ser transferido para o Hospital Santa Marcelina e outros; Samaritano (e outros hospitais que prestam algum tipo de serviço para o Estado).

Esclareça-se que nos deslocamentos de pacientes de ida e volta ou até mesmo naqueles sem retorno, o paciente deve ser conduzido em ambulância totalmente equipada, a qual deve ser dirigida por motorista legalmente habilitado, com acompanhamento de técnico de enfermagem.

Em 20 de setembro de 2017, esta Unidade Hospitalar encaminhou à GAD/SESAU, o Ofício n. 299/GAB/GAD/HEPSJP-II, no qual anuiu com a contratação do serviço especializado no transporte inter-Hospitalar de pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Básico Tipo “B” e de Suporte Avançado Tipo “D” (UTI Móvel) e Mão-de-obra especializada (Motorista/Socorrista e Técnico de Enfermagem), para atender as necessidades do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II – HEPSJP-II, pelo período de 12 (doze) meses. Esse pedido resultou no processo administrativo n. 0036.009311/2017-83, encontra-se na SUPEL em fase de cotação de preço, cujo prazo para o término não está definido.

Na ocasião da elaboração do citado documento, esta Unidade Hospitalar informou que o HEPSJP-II tinha 03 (três) ambulâncias, mas atualmente dispõe de apenas 01 (uma), em uso, tipo “B”, Placa OHT 5715, ano de fabricação 2014, que já conta com mais de 03 (três) anos de vida útil.

Na época, as precariedades dessas ambulâncias foram constatadas diversas irregularidades pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, em 14 de março de 2016, quando seus representantes efetuaram diligência “*in loco*” neste hospital.

Dentre as impropriedades apontadas na época, foram apontadas as condições de trafegabilidade das ambulâncias, Placas NBU-7322 e NBU-7362. As irregularidades consistiam na lanterna traseira direita quebrada; no trinco de porta lateral quebrado (porta abrindo somente por dentro); na trava que não funcionava (porta, quando aberta, não permanece fixa); no ar-condicionado que estava sem filtro; no indicador de direção que não funcionava; nos pneus desgastados; nos pneus de “*esteps*” sem condições de uso; na lâmpada auxiliar noturna que não funcionava; na buzina sem funcionamento e outras.

Todavia, é sabido que mesmo com as adoções das medidas corretivas, o controle adequado de qualquer frota de automóveis oficiais é extremamente difícil. E quando se trata de ambulância hospitalar, a situação não é diferente, pois o uso contínuo exige a funcionalidade máxima do veículo, dos seus equipamentos e dos seus acessórios, resultando na necessidade de manutenções preventiva e corretiva contínuas. Contudo, esses cuidados “*per si*”, não são suficientes para assegurar de modo satisfatório o transporte inter - hospitalar diário e ininterrupto de pacientes para outras unidades hospitalares, clínicas ou laboratórios.

Na realidade as realizações de manutenções corretiva e preventiva evidencia o cuidado da Unidade Hospitalar para com o seu patrimônio e prolonga a durabilidade do veículo. Mas, ainda que submetidos a manutenções regulares, estima-se que a vida útil de veículos oficiais gira em torno de 3 (três) a 5 (cinco) anos, porém quando se trata de ambulância, essa estimativa diminui por causa da rotatividade ininterrupta que dificulta a sua paralisação para efeito de manutenções.

Considerando que a única ambulância que pertence ao HEPSJP-II fica à disposição da Assistência Médica Intensiva (Placa OHT-5715) e a sua liberação fica condicionada à prévia solicitação e à oportunidade de uso da AMI, o transtorno ocorre justamente entre o tempo de espera na liberação do veículo e a chegada da ambulância no HEPSJP-II, pois os deslocamentos com ou sem retornos de pacientes obedecem a um planejamento por parte das equipes médica e de enfermagem. Geralmente, o tempo gasto pelo motorista no deslocamento da AMI ao HEPSJP-II, frustra a programação elaborada pelas Gerências médica e enfermagem.

Assim, considerando que somente essa ambulância não seja suficiente para atender à demanda de transporte inter-Hospitalar de pacientes de modo eficaz. Então, visando assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços aqui prestados, a Secretaria de Estado da Saúde firmou os contratos n. 158/PGE/2016 (disponibiliza ambulância e motorista) e n.

386/PGE/2016 (contempla veículo, motorista e técnico de enfermagem) com uma empresa terceirizada para atender às necessidades do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo – II, por 12h00 (doze horas).

Importante registrar que todos os deslocamentos feitos pela empresa prestadora de serviço são devidamente acompanhados pelo setor de transportes desta Unidade Hospitalar, mediante relatório mensal. No processo administrativo n. 0036.009311/2017-83, constam as informações individuais, referentes aos itinerários efetivos realizados mensalmente e o total de quilômetros rodados, a partir de agosto de 2016 a julho de 2017.

Segundo as informações prestadas pelo Setor de Transportes desta Unidade Hospitalar, verificou-se que a ambulância placa NDX 9726, percorreu diversos destinos como: Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, clínica Daia; clínica Climeron, Hospital Santa Marcelina, Hospital Prontocor, Medical Center, Hospital 09 de Julho, Hospital Samaritano, Hospital São Pelegrino, Hospital Infantil Cosme e Damião, Posto de Abastecimento e Garagem, totalizando 2.753Km rodados no mês de agosto de 2016.

No mesmo sentido, o setor de transporte procedeu a anotação com relação aos demais veículos pertencentes à empresa terceirizada, cujas placas: NDO 0035; NEG 3918; NDY 9726; NCF 8410. E, ao final concluiu que durante o período de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017, foram registradas **5.366** saídas de ambulâncias, referente ao contrato n. 386/PGE/2016-LIFE (ambulância/motorista; téc. enfermagem) e **36.863Km** rodados; e **2.248** saídas de ambulância com motorista e **24.838 Km** rodados, totalizando **7.614** saídas, totalizando **61.701 Km²** (sessenta e um mil, setecentos e um quilômetros) efetivamente percorridos.

Nesse contexto, a contratação de serviço inter – hospitalares torna-se imprescindível para o desempenho das atividades desta Unidade Hospitalar, pelo período de 180 (cento e oitenta dias) por dois motivos: primeiro; o Contrato Administrativo n. 158/PGE-2018, expirou em 18 de agosto de 2018 e segundo, mesmo que o processo administrativo n. 0036.009311/2017-83, esteja tramitando na Supel, não existe data prevista para o seu término.

► Da necessidade do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro:

Considerando o Memorando nº 05/2018/TRANSP/GE/HBAP (2545840) e Memorando nº 1/2018/HB-NUHALISE, que relata a necessidade da contratação do Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de 02 (duas) Ambulâncias de Suporte Básico Tipo “B” e 01 (uma) Ambulâncias de Suporte Avançado Tipo “D” (UTI Móvel) e Mão-de-Obra Especializada, para atender a crescente demanda de transporte/remoção de pacientes desta unidade hospitalar, uma vez que alguns dos exames de auxílio diagnóstico, algumas terapias específicas e avaliações são realizadas fora daquela unidade hospitalar.

Ressalta-se que além de atender a demanda já existente no âmbito do **Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro**, o qual é composto por aproximadamente 600 leitos, esta unidade hospitalar atende às necessidades do **Central de Diálise - CD/HBAP**, no que tange ao transporte/remoção de pacientes renais agudos acamados, vindos de suas unidades de origem (**Unidades Hospitalares** do Estado de Rondônia, **Unidades Filantrópicas** e **Unidades de Saúde Conveniadas**) sediadas em Porto Velho, até a **Central de Diálise - CD/HBAP** e ao final das seções devolvidos às respectivas unidades, considerando que a **Central de Diálise - CD/HBAP** oferece serviços na especialidade de **Nefrologia**.

Atualmente a unidade hospitalar dispõe de 03 (três) ambulâncias, sendo 01 (uma) do Estado e 02 (duas) disponibilizada pela contratada/terceirizada, contudo 01 (uma) das ambulâncias que contemplam o referido contrato encontra-se a disposição do Hospital e Pronto Socorro João Paulo II. Logo, a unidade hospitalar conta com apenas 02 (duas) ambulâncias para o serviço e isso, ocasiona atrasos e em alguns casos cancelamento/adiamentos de alguns procedimentos que dependem deste serviço, consequentemente, gerando prejuízos e prejudicando o usuário e a dinâmica das atividades desenvolvidas pelo setor de transporte.

► Da Viabilidade em se Contratar o Serviço:

Considerando a manifestação da Coordenadoria de Recursos Humanos desta SESA (3778806), bem como do Engenheiro Mecânico Gustavo Soares e Silva através do Parecer nº 28/2018/SESAU-GAD, foi elaborado o Quadro Comparativo (4076111) o qual relata:

"Considerando a planilha resumida acima, a cerca dos comparativos entre a aquisição e manutenção de uma ambulância, no período de um mês, bem como, no período de sessenta meses, comparados com os custos de locação de uma ambulância, nas mesmas condições de uma ambulância própria, e constatou-se que **A LOCAÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA É MAIS VANTAJOSA ECONOMICAMENTE**, uma vez que o custeio mensal geral de uma ambulância pelo estado, gira em cerca de R\$ 136.946,95. Já o valor de locação mensal de uma ambulância é de R\$ 49.858,33 (Quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), conforme parecer (4059662)"

Considerando que o Contrato Administrativo nº 158/PGE-2012 expirou em 25 de setembro, chegando ao limiar de 60 meses, conforme previsão estabelecida no Art. 57, da Lei 8.666/93, **renovado pelo período de excepcionalidade com vigência até 18 de agosto de 2018**, considerando que o novo processo licitatório nº 0036.009311/2017-83 encontra-se na SUPEL em fase de elaboração de edital de licitação.

Considerando que o transporte de pacientes através de ambulâncias, com os equipamentos necessários e competente classificação, está devidamente estabelecido pelas Resoluções CFM nº 1.671/2003, nº 1672/2003 e nº 2.110/2014, além de normatização específica do Ministério da Saúde através da Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2002.

Considerando não restar outra alternativa para administração, que não seja promover meio de transporte para os pacientes que necessitam ser transferidos, resguardando sua integridade física.

Considerando a necessidade de transporte/remoção de pacientes para realização de internações, consultas e exames que são realizados fora das unidades de origem, para diagnóstico e conclusão ao atendimento.

Levando em conta as prerrogativas acima descritas, conclui-se a necessidade de contratação do serviço em tela por 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período.

4. DA EXECUÇÃO

4.1 Local e Horário de Execução dos Serviços

Classificação do Veículo	Unidade a ser atendida pelo Serviço	Quant.
Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	Hospital Estadual Pronto Socorro João Paulo II - HEPSJP II - As ambulâncias ficarão disponíveis para execução dos serviços 12 (doze) horas por dia, das 7h às 19h (horário local), 7 (sete) dias por semana. Endereço: Av. Campos Sales, nº 4295 - Bairro Nova Floresta - Porto Velho/RO.	02
	Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP - As ambulâncias ficarão disponíveis para execução dos serviços 12 (doze) horas por dia, das 7h às 19h (horário local), 7 (sete) dias por semana. Endereço: Av. Governador Jorge Teixeira, nº 3766 - Bairro Industrial - Porto Velho/RO.	02
Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP - As ambulâncias ficarão disponíveis para execução dos serviços 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana. Endereço: Av. Governador Jorge Teixeira, nº 3766 - Bairro Industrial - Porto Velho/RO.	01
TOTAL		05

4.1.1 A empresa vencedora da licitação deverá possuir estrutura física, como base, instalada no Estado de Rondônia.

4.2 Prazo para Início da Execução dos Serviços:

O prazo para início dos serviços será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da assinatura contratual.

4.3 Condições de Execução:

4.3.1 A CONTRATANTE nomeará uma Comissão de Servidores Efetivos e/ou Fiscal, que fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

4.3.2 A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, não desobriga e nem reduz a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.

4.3.3 A CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos para execução dos serviços e verificar o cumprimento de Normas preestabelecidas neste Termo de Referência.

4.3.4 A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Contrato.

4.3.5 A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

4.3.6 Ao CONTRATANTE é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos que não apresentarem em boas condições de operação ou estiver em desacordo com as especificações técnicas.

4.3.7 As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ao estipulado, por veículos classificados no mesmo grupo e sem qualquer ônus adicional ao contratante.

4.3.8 A CONTRATADA, no ato da assinatura do contrato, deverá informar o quantitativo de motoristas que serão disponibilizados para a execução do serviço, assim como, informar a carga horária dos mesmos.

4.3.9 Executar os serviços, objeto deste Termo de Referência, mediante a atuação de profissionais especializados com quadro de pessoal, veículos e materiais suficiente para execução dos serviços, sem interrupção, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes dos serviços executados.

4.4 Recebimento do Serviço:

4.4.1 O objeto desta licitação será recebido conforme disposto no inciso I, alínea “b”, do artigo 73, da Lei Federal 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos).

4.4.2 Para os serviços, objeto deste Termo de Referência, o recebimento se dará de apenas de forma definitiva, por Comissão e/ou Fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços mediante termos circunstanciado assinado, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias.

4.4.3 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

4.4.4 Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

4.4.5 Os serviços serão supervisionados pela Comissão e/ou Fiscal de cada unidade de saúde, que terá, juntamente com o Requisitante, a incumbência de dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos serviços executados.

4.4.6 Não aceito os serviços executados, será comunicado à empresa adjudicatária para que imediatamente se refaça os serviços que não estão de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecida no Termo de Referência/Contrato.

5. DO CONTRATO

5.1 Prazo de Vigência Contratual/Prorrogações:

5.1.1 O prazo de vigência contratual será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da assinatura do contrato.

5.2 Formalização e Execução do Contrato:

5.2.1 A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 03 (três) dias e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.

5.2.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

5.2.3 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.

5.2.4 É obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.5 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e normas da Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

5.2.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

5.2.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

5.2.8 O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.2.9 A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 Garantia Contratual:

5.3.1 Para fiel execução dos compromissos aqui ajustados, após colhidas todas as assinaturas no Termo Contratual, a CONTRATADA apresentará no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a garantia de 2% (dois por cento) do valor global do Contrato, conforme previsto no Art. 56 da Lei 8.666/93.

5.3.2 A caução prestada pela CONTRATADA será restituída após o término do Contrato, com a devida atualização do valor, desde que essa seja realizada mediante depósito em espécie (Art. 56, § 4º da Lei 8.666/93).

5.4 Subcontratação/Transferência/Cessão:

5.4.1 É vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da empresa vencedora.

5.5 Reajuste do Contrato:

5.5.1 Durante o prazo de vigência do Contrato, os preços serão irredutíveis.

5.6 Acompanhamento e Fiscalização:

5.6.1 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

5.6.2 Acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços realizados.

5.6.3 O Fiscal do Contrato juntamente com a Comissão anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

5.6.4 As decisões e providências, que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato, deverá ser solicitadas à Diretoria Administrativa da Secretaria, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

5.6.5 A CONTRATANTE nomeará uma Comissão de servidores efetivos que fiscalizarão a execução do serviço contratado e verificarão o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

5.6.6 A fiscalização pela CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.

5.6.7 A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Contrato.

5.6.8 A CONTRATANTE realizará avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela CONTRATADA e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

5.6.9 A avaliação será considerada pela CONTRATANTE para aquilatar a necessidade de solicitar à CONTRATADA que melhore a qualidade dos serviços prestados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, qualquer tempo, rescindir o presente Contrato.

5.7 Rescisão Contratual:

5.7.1 Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses descritas no Art. 77 e 78 da Lei 8.666/93, podendo a mesma ser Unilateral, Amigável ou Judicial, nos termos e condições do Art.79 da referida Lei.

5.7.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão dos Art. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

6. DO PAGAMENTO

O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal, emitidas em 02 (duas) vias pela CONTRATADA, devidamente atestada pela Administração, conforme disposto no Art. 73 da Lei nº 8.666 de 1993, através da Comissão de Recebimento de Serviços Prestados e de Materiais das Unidades Hospitalares onde os serviços foram realizados, com base única e exclusivamente nos serviços previamente autorizados pela Administração, devendo conter no corpo da mesma: a descrição do objeto, o número do Contrato e número da Conta Bancária da empresa vencedora do certame licitatório para depósito do pagamento.

Deverá ser encaminhada juntamente com a Nota Fiscal dos serviços, o **Relatório da Escala da Equipe de Trabalho** de cada unidade onde o serviço foi realizado, apresentado pela CONTRATADA e assinada pelo representante da empresa, bem como, o **Demonstrativo de Controle Diário de Saída de Veículos** emitido pelo Setor de Transporte da unidade hospitalar e assinado por servidor responsável e pelo funcionário da CONTRATADA.

A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

I - do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados.

II - da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93.

III - do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados da data de sua apresentação, após o adimplemento da obrigação por parte da contratada.

Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) CONTRATADA(S) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, bem como, com ausência dos documentos constantes no primeiro parágrafo deste item, salvo as parcelas incontroversas.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo.

Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

A administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à (s) CONTRATADA (S).

É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos. As certidões também podem ser as Positivas com Efeito de Negativa.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto do certame, está prevista no PPA 2016-2019 por conta da seguinte programação orçamentária:

- Fonte de Recurso: **0110 / 0209**
- Projeto Atividade: **10.302.2034.4009 / 10.122.1015.2087**
- Elemento de Despesas: **33.90.39**

8. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

Os valores que servirão de base para aceitação de preços, serão estimados pela Gerência de Pesquisa e Análise de Preços - GEPEAP da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO.

9. DAS SANÇÕES

Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, Incisos I, III e IV da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida do contrato.

Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida do contrato.

A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e será descredenciada no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAFI e no CAGEFOR (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005:

Inexecução total ou parcial do contrato;

Apresentação de documentação falsa;

Comportamento inidôneo;

Fraude fiscal;

Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à Administração ou a terceiros.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	05	3,2% por dia
4.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
5.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
6.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
Para os itens a seguir, deixar de:			
7.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
8.	Efetuar a reposição de equipamentos danificados, por motivo e por dia;	04	1,6% por dia
9.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
10.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% por dia
11.	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia
12.	Disponibilizar os equipamentos e demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato; por ocorrência.	02	0,4% por dia
13.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa.	02	0,4% por dia
14.	Tomar as providências práticas e burocráticas exigidas pela legislação em vigor que lhe competem, por ocorrência.	02	0,4% por dia
15.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
16.	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia;	01	0,2% por dia

** Incidente sobre a parte inadimplida do instrumento contratual.*

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1 Obrigações da Contratante:

10.1.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, bem como atestar, através de comissão de servidores, as Notas Fiscais relativas à efetiva prestação do serviço.

10.1.2 Aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas, quando for o caso;

10.1.3 Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento dos deveres e obrigações decorrentes desta contratação;

10.1.4 Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência em desacordo com cumprimento das obrigações assumidas;

10.1.5 Efetuar, quando julgar necessário, inspeção nos veículos colocados à sua disposição, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção e limpeza, pela empresa contratada.

10.1.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o contrato.

10.1.7 Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado que não cumpra as normas deste termo de referência na execução dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

10.1.8 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste termo de referência;

10.1.9 Arcar com as despesas de combustível durante sua utilização na prestação do serviço pela CONTRATADA e garantir que esses sejam de qualidade a fim de manter a preservação dos veículos locados.

10.1.10 Arcar com as despesas relativas ao transporte de pacientes com o fornecimento e abastecimento de materiais descartáveis e insumos (elementos essenciais para a execução de um determinado serviço), seringas, medicamentos, soros, jelco, equipos, gaze, algodão, gases medicinais (oxigênio), etc., de forma a garantir a não interrupção do processo de trabalho pela CONTRATADA;

10.1.11 Inspeccionar e assegurar que o motorista condutor, porte Carteira Nacional de Habilitação - CNH adequada à condução de ambulâncias, dentro do prazo de validade e que possua o curso para condutores de veículos de emergência;

10.1.12 Garantir instalações para a guarda e estacionamento dos veículos envolvidos na execução do objeto após o uso;

10.1.13 A CONTRATANTE é responsável, a fim de evitar danos e acidentes que através de sua equipe auxiliar oriente, zele e utilize a parte interna de maneira adequada respeitando o número de assentos, evitando fazer transporte com superlotação e que reabasteça e utilize os cilindros de oxigênio de tamanho apropriados à ambulância.

10.1.14 Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis devendo, caso seja necessário, aplicar à mesma as penalidades legais cabíveis.

10.1.15 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o objeto deste termo de referência, através de representantes designados pela SESAU.

10.2 Obrigações da Contratada:

10.2.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2.2 A CONTRATADA executará os serviços de acordo com o contrato e principalmente em acordo com o descrito no termo de referência.

10.2.3 Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE sobre toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços, independentemente de solicitação.

10.2.4 A CONTRATADA assumirá total responsabilidade na ocorrência de qualquer acidente ou sinistro que envolva veículos objeto do presente contrato e que venham a serem vítimas seus empregados e terceiros decorrentes da prestação dos serviços.

10.2.5 A CONTRATADA se obriga a tomar as providências práticas e burocráticas exigidas pela legislação vigente que lhe competem (boletim de ocorrência, perícia técnica e anotação de endereços e nomes de testemunhas presenciais, cartão de seguro) bem como a ratificação em qualquer circunstância, devendo proceder à entrega de cópia de documentos, reclamações, exigências, ações e medidas judiciais ou extrajudiciais motivados pelo mesmo. Deverá, ainda, colher informações sobre vítimas e indicar a autoridade responsável pelo caso.

10.2.6 Arcar com todas as despesas de mão de obra, limpeza e manutenção dos veículos, manutenção dos equipamentos, tributos incidentes e quaisquer despesas acessórias e necessárias relativas à execução do objeto do contrato, obedecidas todas as demais condições constantes neste Termo de Referência.

10.2.7 Abster-se de transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

10.2.8 A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as instruções emanadas da Secretaria Estadual de Saúde de Rondônia - SESAU/RO.

10.2.9 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do objeto contratado ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.

10.2.10 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas trabalhistas decorrentes da execução do objeto contratado, responsabilizando-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

10.2.11 Exigir de seus empregados que se mantenham uniformizados e identificados por crachás com fotografias recentes, com nº de registro e nome da contratada.

10.2.12 Substituir imediatamente, com a prévia anuência da CONTRATANTE, os funcionários no caso de afastamento, falta, impedimento legal ou férias, de maneira que não prejudique o andamento e a boa execução dos serviços.

10.2.13 Responsabilizar-se por todas as despesas com os veículos de sua propriedade, como: manutenção preventiva e corretiva, lavagem e higienização, acidentes, pedágio, impostos, estacionamento, taxas, licenciamentos, como IPVA, seguro obrigatório, taxa de emplacamento, eventuais multas e penalidades e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratado, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências.

10.2.14 Disponibilizar o veículo imediatamente, abastecido com tanque cheio, após o recebimento da autorização de início dos serviços, no local e horário fixados pelo CONTRATANTE, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme estabelecido.

10.2.15 Disponibilizar veículos licenciados obrigatoriamente no Estado de Rondônia.

10.2.16 Os veículos deverão estar de acordo com as especificações do fabricante e em perfeitas condições de segurança higiene e limpeza.

10.2.17 Disponibilizar os veículos (ambulâncias) com quilometragem livre.

10.2.18 Manter os veículos segurados contra colisão, incêndio, roubo, furto, RCF-V (responsabilidade civil facultativa veicular) danos materiais a terceiros, RCF-V - danos corporais a terceiros e danos morais durante todo prazo de vigência contratual.

10.2.19 Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro dos veículos disponibilizados, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato da entrega dos veículos.

10.2.20 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos como troca de óleo e reparos mecânicos necessários a sua manutenção, com exceção do abastecimento do combustível, gases medicinais e alimentação aos profissionais que compõem a equipe de trabalho, que estiverem em regime de plantão na unidade do Estado.

10.2.21 Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a substituição de pneus e das peças desgastadas.

10.2.22 Substituir o veículo que estiver em desacordo com o termo de referência, quando solicitado por escrito pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do recebimento da notificação.

10.2.23 Disponibilizar e recolher os veículos substituídos sem cobrança de qualquer taxa adicional.

10.2.24 Manter atualizadas e em ordem, a documentação relativa aos veículos.

10.2.25 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização do contratante em seu acompanhamento.

10.2.26 Dar ciência imediata e por escrito ao contratante sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.

10.2.27 Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços.

10.2.28 Implementar de forma adequada, o planejamento, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta.

10.2.29 Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão poluentes, observando os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente. A constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata desse veículo, sob pena de sanções ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação que rege a matéria, normas brasileiras aplicáveis e manuais de proprietários e serviços de veículo.

10.2.30 Disponibilizar os veículos com catalisador ou outro equipamento, implementar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

10.2.31 Manter os veículos de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonoras superiores aos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços dos veículos.

10.2.32 Manter uma central de apoio dentro do Estado de Rondônia com sistema de comunicação em tempo real.

10.2.33 Responsabilizar-se pela limpeza interna e externa, assim como a higienização necessária do compartimento do paciente a fim de evitar contaminação de pessoas.

10.2.34 Fornecer motorista condutor que porte Carteira Nacional de Habilitação - CNH, com categoria mínima exigida para condução de ambulância, dentro do prazo de validade e que possua o curso para condutores de veículos de emergência.

10.2.35 Fornecer técnico de enfermagem devidamente habilitado no seu conselho de classe para exercer suas funções auxiliando o transporte dos pacientes.

10.2.36 A CONTRATADA responsabiliza-se em disponibilizar, para os serviços, objeto deste contrato, os equipamentos necessários para o fiel cumprimento dos serviços mencionados neste termo de Referência em quantidade suficiente.

10.2.37 Os equipamentos vinculados à execução dos serviços pela CONTRATADA, obrigatoriamente, deverão ser instalados em boas condições de uso e com garantia técnica de qualidade e inovação tecnológica.

10.2.38 Manter todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo substituir aqueles que vierem a ser considerados impróprios pela CONTRATANTE, devido ao mau estado de conservação.

10.2.39 A CONTRATADA deverá efetuar, imediatamente, a substituição de equipamentos que forem inutilizados por quebra ou extravio, respeitando as especificações técnicas e o modelo do equipamento.

10.2.40 Não haver vínculo empregatício entre seu empregado e a administração pública.

11. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1 Qualificação Técnica da Empresa :

11.1.1 Apresentação de Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, da licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto de que trata esta licitação conforme delimitado abaixo:

a) Entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma, comprovem que a empresa licitante prestou **serviços condizentes com o objeto desta licitação**, a fim de demonstrar atuação na atividade no ramo de negócio.

b) Entende-se por pertinente e compatível em **quantidades e prazo** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma, comprovem a experiência satisfatória dos **serviços condizentes com o objeto desta licitação**, demonstrando o mínimo **20% do quantitativo total** atendendo o seguinte quantitativo:

b1.) Atestados que comprovem já ter executado, no mínimo **20% do quantitativo total dos serviços**, objeto deste termo de referência, o qual a licitante irá participar, por um período de 03 (**três**) **meses ininterruptos**. Será permitida a soma de Atestados desde que todos se refiram ao intervalo ininterrupto de 03 (três) meses;

c) O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da **descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor**.

d) Sendo o atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito privado dever ter firma do emitente reconhecida em cartório competente; o atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente. (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017).

e) E, na ausência dos dados indicados acima em especial do reconhecimento de firma em cartório competente, antecipa-se a diligência prevista no art. 43 parágrafo 3º da Lei Federal 8.666/93 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam: notas fiscais de compra e venda, cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado. (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017).

11.1.2 Apresentar declaração formal de disponibilidade das instalações, dos veículos, dos equipamentos e do pessoal técnico, adequados para a realização dos serviços de que trata a referida despesa.

11.1.3 Apresentar comprovação de possuir em seu quadro permanente, responsável técnico, de nível superior devidamente cadastrado no Conselho Regional de Medicina.

11.1.4 Licença sanitária para funcionamento do estabelecimento, emitido por órgão competente.

11.1.5 Alvará de Localização e Funcionamento da empresa expedido por órgão sanitário estadual e/ou municipal competente.

11.1.6 As empresas licitantes sediadas em outros estados deverão apresentar poderão apresentar documentação citada nos itens 11.1.4 e 11.1.5 da sede de seu estado/município e ainda, a partir do recebimento da ordem de serviço, deverá apresentar tais documentos da sede da execução dos serviços (Rondônia).

11.1.7 Registro junto ao Conselho Regional de Medicina.

11.1.8 Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Medicina, conforme Resolução CFM nº 2.010/2013.

11.1.9 Registro junto ao Conselho Regional de Enfermagem.

11.2 Documentação Relativa à Qualificação Jurídica:

a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações, **havendo consolidação do contrato social, apenas a última alteração devidamente registrado**, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição da última administração.

b) No caso de sociedade civil, ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício.

c) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

- d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- e) Cédula de identidade dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário da empresa, representante legalmente constituído da empresa.

11.3 Documentação Relativa à Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas jurídicas do MF (CNPJ/MF)
- b) Certidão de Regularidade com a Dívida Ativa da União/Receita Federal
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipais
- e) Certidão de Regularidade /FGTS (Lei 8.036/90)
- f) Certidão de Regularidade /INSS (Lei 8.212/91)
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440)

11.4 Documentação Relativa a Qualificação Econômico - Financeira:

- a) Certidão Negativa de Pedido de Falência e/ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

12. DA PROPOSTA

Nas propostas apresentadas pelas licitantes deverão constar o preço, expressos em moeda corrente nacional, nele incluído todos os custos diretos e indiretos: taxas, encargos, e todas as demais despesas referentes à realização dos serviços descritos neste termo de referência.

As empresas licitantes deverão, obrigatoriamente, apresentar juntamente com a sua proposta de preços a planilha de composição de custos que comprove o valor do serviço, detalhando todos os valores dos itens, impostos encargos conforme modelo constante no Anexo II.

13. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

O certame será processado e julgado pelo **menor valor por item**, em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da licitação, proporcionando preços mais competitivos com melhor qualidade ampliando desta forma a competitividade.

14. DAS CONDIÇÕES GERAIS

Os equipamentos de segurança e demais equipamentos hospitalares instalados nos veículos/ambulâncias, ofertados pela CONTRATADA, deverão no que couber, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato para os seus acréscimos, nos termos do artigo 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal 8.666/93, Portaria nº 140, de 27 de fevereiro de 2014, Portaria nº 874, de 16 de maio de 2013 e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei 8.666/93 e suas alterações

Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência.

Qualquer tolerância da Administração Pública quanto a eventuais infrações não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

A contratada deverá submeter-se às normas do Decreto nº 21.264 de 20 de setembro de 2016 que dispõe sobre a aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável no âmbito do Estado de Rondônia.

15. DOS ANEXOS

Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes anexos:

ANEXO I - Portaria GM/MS nº 2.048 (4094572)

ANEXO II - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (4094589)

ANEXO III - Solicitação e Aquisição de Materiais/Serviços - SAMS (4094591)

Elaboradora:

Jaqueline Teixeira Temo

Gerente de Compras - SESAUI

Matrícula: 300.105.039

Revisor:

Nilson Cardoso Paniágua

Diretor Geral do HBAP/SESAUI

Matrícula: 300.009.307

Revisor:

Carlos Eduardo Rocha Araújo

Diretor Geral do HEPSJP-II/SESAUI

Matrícula: 300.053.435

Revisor:

Francisco Carlos Silva de Oliveira

Gerente de Administrativo - GAD/SESAU

Matrícula: 300.121.874

Na Forma do que dispõe o Artigo 7º parágrafo 2º e incisos I, II e III da Lei nº 8.666/93, **aprovo o presente Termo de Referência e Anexos, declaro e dou fé as laudas deste.**

De acordo,

Luis Eduardo Maiorquin

Secretário de Estado da Saúde de Rondônia

SESAU-RO



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Teixeira Temo, Gerente**, em 17/12/2018, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Rocha Araujo, Diretor-Geral**, em 17/12/2018, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nilson Cardoso Paniagua, Diretor(a)**, em 17/12/2018, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Carlos Silva de Oliveira, Coordenador(a)**, em 18/12/2018, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Socorro Rodrigues da Silva, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 18/12/2018, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4093656** e o código CRC **ABBE6FB4**.